

*Nenhuma repressão ou punição a estudantes que emprestam ou usam o passe de colegas!*

## **GARANTIA PLENA DA “GRATUIDADE” DAS PASSAGENS PARA ESTUDANTES!**

**Abaixo as imposições autoritárias dos governos!**

**PASSE LIVRE PARA TODOS OS ESTUDANTES E A JUVENTUDE OPRIMIDA! E que garanta o direito democrático ao livre acesso ao estudo e ao trabalho!**

**A** prefeitura de Mauá tem punido estudantes que emprestam ou usam o bilhete de passe livre de colegas. O cartão é suspenso por dois meses, e estudantes que não têm como pagar são assim impedidos de irem às escolas e ficam assim sem o seu direito elementar de acesso à educação pública.

Em Mauá, há ainda muitas outras regras claramente punitivas: 1) não se tem direito à integração entre ônibus, se a distância do trajeto escola/casa é de 1.300 metros ou menos, o que obriga muitos que conseguem vagas em escolas mais distantes a pagarem de seu bolso ou caminhar; 2) será retirado seu direito à gratuidade do transporte por “uso indevido do cartão”, sendo o seu “bloqueado” por 60 dias; 3) para “resgatar” seu cartão, o estudante terá ainda de pagar taxas (multas) de entre R\$ 42 a R\$ 60 etc.

Em 2013, as ruas foram ocupadas inicialmente por estudantes contra o aumento das passagens. Ergueram-se as bandeiras de “Passe Livre!” para todos os estudantes e a juventude oprimida e desempregada. Sob pressão do movimento e da soberania das massas praticada nas ruas, enfrentando a repressão, o Estado foi obrigado a fazer uma concessão aos alunos, de terem a gratuidade apenas nos horários em que estudam.

Passados 10 anos, o governo retomou o ataque, visando a retirar as conquistas do movimento e dos estudantes, prejudicando o livre acesso dos estudantes ao transporte para garantir seu direito democrático ao ensino e estudo. É fato que muitos alunos e alunas já não têm mais garantido esse direito. Isso por causa das regras absurdas que são colocadas. A juventude oprimida é obrigada a assinar tipos de “contratos” para receberem o cartão do transporte. Deixando mãos livres do governo para confiscá-lo, se o aluno o usar de forma “indevida”, como por exemplo fora do horário de estudo (muitos estudantes não apenas estudam, mas também trabalham sem direito a vale

transporte, e recorrem ao cartão de estudante para ir trabalhar ou buscar atendimento à sua saúde), ou ainda o compartilham com familiares que precisam se locomover.

A causa de isso acontecer está na pobreza geral dos assalariados. Colegas ou parentes de alunos não usam o cartão de estudante por maldade, e sim porque precisam. Os preços das passagens são caros, e os salários são muito baixos. É a crise do capitalismo, que não é capaz mais sequer de sustentar minimamente aqueles a quem explora, o que explica que se usem cartões de colegas ou filhos. E devemos rejeitar quaisquer punições e repressão sobre os assalariados e seus filhos.

As tais “regras” impostas pelos governos são um ataque ao direito democrático do livre acesso ao estudo. A realidade e circunstâncias que levam a um aluno ou aluna a usar o cartão são totalmente desconsideradas. Além de confiscarem diretamente um direito, ainda cobram valores que a esmagadora maioria da juventude pobre não tem como pagar. O que leva muitas vezes ao abandono da escola, ou a faltar vários dias seguidos, por não conseguir pagar as passagens. Para os alunos da EJA, que contam em Mauá com apenas 4 escolas neste semestre, e tendo em conta que duas serão fechadas até próximo ano, as “regras” exigidas para uso do cartão gratuito, somadas ao fechamento das EJAs, é a sua expulsão para fora de escola.

Nós, membros da coordenação da subsede de Mauá, defendemos o passe livre para todos os estudantes, ainda não conquistado pelo movimento estudantil em nosso país. Rechaçamos qualquer condicionante ou restrição ao direito de passe livre aos estudantes. Denunciamos ao governo do PT na prefeitura de Mauá, que afirma que garante o passe livre a todos alunos e alunas, e hoje aplica regras que lhes são ditadas pelo governo do Estado e pelas empresas, permitindo desse modo a exclusão e expulsão de alunos das escolas.

A restrição à gratuidade no transporte, e os entraves colocados ao passe livre (sem restrições), para todos os estudantes e para a juventude oprimida, são parte dos ataques contra o direito democrático ao livre acesso ao estudo que praticam os governos estaduais e municipais. Não são fatos isolados ou perseguições individuais contra este ou aquele estudante. Mas, uma política geral, orientada a punir os estudantes e restringir seus direitos de irem livremente à escola e ao estudo, ao trabalho e ao lazer.

A luta contra as punições (a exemplo da retirada do cartão) e pela conquista do passe livre para todos os estudantes – e para a juventude oprimida – deve ser organizada a partir das escolas e dos bairros, unindo professores, alunos e famílias, até impor, pela luta nas ruas, com ocupações de escolas, etc., que se o estenda para todos os dias da semana, sem restrição de horário, com todas as baldeações necessárias, cobrindo todo o valor da passagem.



**PPRI**

Partido Proletário  
Revolucionário  
Internacionalista